



Desenvolvimento Económico e Mudança Social

Portugal nos últimos dois séculos

Homenagem
a Miriam Halpern Pereira

José Vicente Serrão
Magda de Avelar Pinheiro
Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira
(organizadores)

ICS

Este livro nasce de um desafio lançado à comunidade académica portuguesa à qual se associaram alguns historiadores estrangeiros: visitar a obra de Miriam Halpern Pereira e desenvolver, discutir, rebater ou simplesmente inspirar-se em alguns dos tópicos por ela alguma vez abordados. O resultado é um impressionante fresco, diverso na especificidade dos temas tratados e nas perspectivas desenvolvidas, mas que, no seu conjunto, relança a discussão sobre os processos de desenvolvimento económico e de mudança social em Portugal. O fio condutor é o de uma reflexão sobre os rumos seguidos pela economia e pela sociedade portuguesas, nos seus sucessos e nos seus fracassos, ao longo dos últimos dois séculos. E, nisso, cruza-se entretanto com o seu outro grande propósito, o de ser um livro de homenagem a Miriam Halpern Pereira, na medida em que parte das problemáticas também atravessam a sua obra. Trata-se portanto de um livro de homenagem. Homenagem e tributo a uma historiadora que, pela obra publicada, pelo magistério universitário, pela orientação de teses e por variadas outras iniciativas, se tornou uma figura de referência maior da historiografia portuguesa das últimas décadas.

Capa: João Vaz, *Praia* (col. Anastácio Gonçalves)



ICS Imprensa
de Ciências
Sociais

www.ics.ul.pt/imprensa

ISBN 978-972-671-237-4



9 789726 712374

Desenvolvimento Económico e Mudança Social

Portugal nos últimos dois séculos

Homenagem
a Miriam Halpern Pereira

José Vicente Serrão
Magda de Avelar Pinheiro
Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira
(organizadores)

ICS
Imprensa
de Ciências
Sociais

Imprensa de Ciências Sociais



Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa- Portugal
Telef. 21 780 4700 – Fax 21 794 0274

www.ics.ul.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação
Desenvolvimento económico e mudança social : Portugal
nos últimos dois séculos : homenagem a Miriam
Halpern Pereira / organizadores José Vicente Ferrão,
Magda de Avelar Pinheiro e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira. –
Lisboa : ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2009
ISBN 978-972-671-237-4
CDU 316.3



Capa e concepção gráfica: João Segurado
Revisão: Levi Condinho
Impressão e acabamento: Tipografia Guerra – Viseu
Depósito legal: 289577/09
1.ª edição: Abril de 2009

Índice

Os autores	17
Apresentação	27
<i>José Vicente Serrão, Magda de Avelar Pinheiro, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira,</i>	
Parte I	
Economia e políticas económicas	
Capítulo 1	
História e crítica da tese da dependência	37
<i>Pedro Lains</i>	
Capítulo 2	
O livre-câmbio e o fontismo revisitados através dos debates parlamentares	49
<i>David Justino</i>	
Capítulo 3	
Acerca da crise financeira de 1876: das remessas do Brasil acumuladas no Porto ao protagonismo do Banco de Portugal ..	69
<i>António Alves Caetano</i>	
Capítulo 4	
A bancarrota de 1892 e as repercussões no fim do regime	89
<i>Guilherme d'Oliveira Martins</i>	
Capítulo 5	
O Brasil e a Companhia do Alto Douro (1756-1825)	99
<i>Fernando de Sousa</i>	

Capítulo 6	
Crises e renovação da viticultura duriense na segunda metade do século XIX	115
<i>Gaspar Martins Pereira</i>	
Capítulo 7	
Gado de trabalho, gado de transporte: uma herança duradoura ...	133
<i>Maria Carlos Radich</i>	
Capítulo 8	
A reforma agrária liberal em Espanha: algumas comparações com Portugal	155
<i>Ramón Villares</i>	
Capítulo 9	
Entre o laboratório, a indústria e a intervenção política e administrativa. O químico José Júlio Rodrigues na sociedade portuguesa da segunda metade do século XIX	173
<i>Ana Cardoso de Matos</i>	
Capítulo 10	
O papel de jornal e a imprensa em Portugal. Notas sobre uma relação difícil	191
<i>Jorge Fernandes Alves</i>	
Capítulo 11	
A dádiva na grande empresa capitalista: transformação e reactualização	207
<i>Giulio Sapelli</i>	
Parte II	
Crescimento urbano e dinâmicas sociais	
Capítulo 12	
Sobre a alimentação urbana no início do século XIX: tabernas e casas de pasto lisboetas	227
<i>Maria Alexandre Lousada</i>	

Capítulo 13	
Economia moral e abastecimento: a intervenção pública no mercado de carne em Lisboa (1850-1900)	249
<i>Maria Manuela Rocha</i>	
Capítulo 14	
Migração, estatura e consumo: o nível de vida em Lisboa, 1890-1910	263
<i>Jaime Reis</i>	
Capítulo 15	
Crimes de furto em Lisboa no final de Oitocentos	281
<i>Maria João Vaz</i>	
Capítulo 16	
Realismo e Justiça. Um estudo sobre o discurso e a acção dos manipuladores de tabacos de Lisboa	297
<i>Rui Manuel Brás</i>	
Capítulo 17	
Autoritarismo e modernização de Lisboa. A cidade de Lisboa na transição dos anos 1930-1940	313
<i>Vitor Matias Ferreira</i>	
Capítulo 18	
O associativismo das mulheres. Uma abordagem comparativa: França e Portugal (1900-1918)	333
<i>Anne Cova</i>	
Capítulo 19	
A mobilidade social intergeracional em Portugal, 1911-1957	349
<i>Hélder Adegar Fonseca e Paulo Eduardo Guimarães</i>	

Parte III Emigração e movimentos migratórios

Capítulo 20 Padrões de mobilidade interna em Portugal na segunda metade do século XIX	375
<i>Álvaro Ferreira da Silva</i>	
Capítulo 21 Emigração e contexto.	393
<i>Robert Rowland</i>	
Capítulo 22 Migração transatlântica: uma síntese histórica	405
<i>Maria Ioannis Baganha</i>	
Capítulo 23 A emigração dos açorianos para o Brasil no século XIX	423
<i>Fátima Sequeira Dias</i>	
Capítulo 24 «Maria... e se eu voltar rico?»	435
<i>Nuno Pinheiro</i>	
Parte IV Mudança política e institucional	
Capítulo 25 Alcance e limites do reformismo em Portugal (meados do século XVIII a 1810)	449
<i>Nuno Gonçalo Monteiro</i>	
Capítulo 26 A polémica em torno da independência no Brasil	469
<i>Maria Beatriz Nizza da Silva</i>	

Capítulo 27 Oliveira Martins e Joaquín Costa: duas vidas quase paralelas	481
<i>Eloy Fernández Clemente</i>	
Capítulo 28 Memórias de um jornalista – o «Tanas» de <i>O Português</i>	501
<i>Benedicta Maria Duque Vieira</i>	
Capítulo 29 A organização do registo civil em Portugal: para uma história social das práticas administrativas	513
<i>Frédéric Vidal</i>	
Capítulo 30 As Missões Militares de Propaganda Republicana no continente português (1911)	527
<i>David Luna de Carvalho</i>	
Capítulo 31 Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Estado Novo	547
<i>António Costa Pinto</i>	
Capítulo 32 O «crepúsculo da era Salazar»: os Estados Unidos e a ascensão de Marcelo Caetano	563
<i>Luís Nuno Rodrigues</i>	
Parte V Conceitos, arquivos, historiografia	
Capítulo 33 A história na cultura portuguesa contemporânea	583
<i>António Manuel Hespanha</i>	
Capítulo 34 O campo semântico de nação antes da Idade Contemporânea	601
<i>Carlos Manuel Maurício</i>	

Capítulo 35	
Geração de 70 e Geração de 98: «sociedade» versus «comunidade»	613
<i>Ana Maria Pina</i>	
Capítulo 36	
Trabalho e lazer na história da ciência económica	627
<i>José Luís Cardoso</i>	
Capítulo 37	
O retorno às origens e a relação entre as políticas e as práticas arquivísticas. Para uma releitura crítica e prospectiva	637
<i>Armando Malheiro da Silva</i>	
Capítulo 38	
Arquivos históricos empresariais: um património à deriva?	663
<i>Carlos Alberto Damas</i>	
Parte VI	
Miriam Halpern Pereira: um percurso	
Capítulo 39	
Ler História. As minhas lembranças de Miriam Halpern Pereira ...	681
<i>Raúl Iturra</i>	
Capítulo 40	
Miriam Halpern Pereira: um percurso	685
<i>Magda de Avelar Pinheiro</i>	

Índice de quadros, figuras, fotos e mapas

Quadros

5.1	Mapa dos vinhos comprados e armazenados pela Companhia com destino ao Brasil e sua exportação (1756-1825)	108
5.2	Direitos e contribuições pagos por pipa de vinho de embarque desde o Douro até aos armazéns do Rio de Janeiro (1820)	109
5.3	Demonstração anual dos lucros e perdas da Companhia com o comércio do Brasil, em réis (1756-1825)	111
7.1	Gados do continente português	151
7.2	Cabeças naturais de bovinos e transporte consideradas	151
12.1	Preços de refeições em Lisboa, 1810-1831 (alguns exemplos)	245
12.2	Comida e bebida em tabernas, casas de pasto e armazéns de vinho ...	246
13.1	Oferta de gado (rácio gado/população)	252
13.2	Importação e exportação de gado bovino (número de cabeças)	253
13.3	Quantidade de carne limpa <i>per capita</i> – matadouro de Lisboa	254
14.1	O nível de vida em Lisboa, 1890-1910: medições	272
14.2	Causas da redução no consumo da carne (pontos percentuais de redução)	276
19.1	Distribuição da população activa por sectores económicos nos distritos de Évora e de Setúbal (1890-1930)	354
19.2	Casamentos em Évora e em Setúbal: recortes cronológicos, total de registos e amostra (dados disponíveis)	356
19.3	Evolução da estrutura ocupacional (1911-1957)	358
19.4	Taxas de mobilidade intergeracional total: Évora e Setúbal (1911-1955) ..	360
19.5	Percentagens de influxo por classe (em percentagem dos recém-chegados ao grupo)	361
19.6	Percentagens de saída (<i>outflow</i>) por classe (percentagem de filhos que «escaparam» à ocupação dos pais)	362
19.7	Probabilidade de o pai ter um filho no seu grupo ocupacional (indicador: <i>odds geoméans</i>): Évora e Setúbal, 1911-1957: alguns exemplos ..	363
19.8	Probabilidade de um filho se manter na classe do pai	363
20.1	Taxas de migração intradiocesana e extradiocesana (em % do total de casamentos, 1862)	382

Capítulo 31

Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Estado Novo

Surgiu um Homem superiormente representativo das aspirações do Exército e das aspirações do país [...]. Surgiu um homem – segredo da Providência – revelado subitamente [...]. Surgiu um homem destinado a vencer uma crise pavorosa, para reintegrar a Nação na consciência do seu dever, da sua força, da sua grandeza e da sua missão no Mundo.

Padre Correia Pinto [sobre Salazar], 1934¹

Introdução

Estes excessos de um padre católico admirador de Salazar poderiam exprimir o clássico triângulo de uma conjuntura carismática, mas deram-se quando Salazar era já o chefe da Ditadura portuguesa e dirigia a institucionalização do Estado Novo. A tomada do poder por Salazar em Portugal deu-se num contexto elitista de crise da Ditadura Militar, mas constitui um bom exemplo de utilização *post factum* de algumas das características associadas às chefias carismáticas.

Salazar não foi o chefe carismático de um partido que o acompanhou no processo de tomada do poder; não era o mais visível «candidato» a ditador dos últimos anos do regime parlamentar; e teve antecessores mais próximos do apelo carismático, caso da breve experiência ditatorial de Sidónio Pais (1917-1918). Durante a sua longa ditadura cultivou a imagem de uma «carismatização» apesar dele próprio e da sua personalidade, mas durante a década de 1930 não deixou de utilizar todos os meios ao seu alcance para construir uma imagem que lhe permitisse reforçar os seus poderes enquanto ditador e ir ao encontro de modelos de legitimação.

¹ *Diário de Notícias* (27 de Maio de 1934): 5.

Este ensaio desenvolve assim três temas inter-relacionados. O primeiro compreende a abertura de espaço político para alternativas carismáticas no quadro da crise da democracia liberal em Portugal, focando o papel desempenhado neste processo por clivagens como século-religião e civil-militar e salientando a ausência de um partido fascista enquanto actor importante na queda do regime democrático. O segundo refere a emergência tardia do fascismo enquanto movimento em Portugal, que aconteceu, com a afirmação carismática de Rolão Preto, já no quadro de uma Ditadura Militar, bem como o seu esmagamento por um poder autoritário nascente. O terceiro abarca os procedimentos que permitiram a adaptação de um ditador «tradicional», Oliveira Salazar, aos requisitos da nova política de massas.

Carisma e crise no Portugal de inícios do século XX

A revolução republicana de 1910 foi um fenómeno político precoce que abriu Portugal para os dilemas da democratização e da política de massas do século XX. Secularização, democratização e republicanismo marcaram as clivagens do regime republicano, implantado em 1910 num país atrasado e com uma estrutura social tradicional, e acentuaram as diferenças entre a sociedade rural e o pequeno mundo urbano politicamente mobilizado.²

Durante os primeiros anos da República deram-se várias tentativas de restaurar a Monarquia, e o rei no exílio continuou a representar, para um reduzido mas altamente mobilizado sector, a principal referência. A Igreja Católica, por outro lado, sofrendo embora as desventuras do anticlericalismo republicano na década de 1910, constituiu outra fonte de legitimação das alternativas autoritárias.

Apesar de instável quase desde o seu início, o regime parlamentar republicano sofreu consideravelmente com a participação portuguesa na I Guerra Mundial. Os republicanos forçaram a entrada do País ao lado dos Aliados, fundamentalmente por medo de que os ingleses negociassem a paz com os alemães à custa das colónias portuguesas em África, embora outros objectivos de legitimação do regime, como a mobilização patriótica, também fossem certamente importantes. Mas, sacudido pela mobilização social das classes trabalhadoras e pelas divergências entre os partidos republicanos sobre a entrada na cena de guerra europeia, o jovem regime republicano sucumbiu quase de imediato a um golpe de Estado. Portugal entra na guerra em 1916 e, poucos meses depois, um discreto conservador fardado, Sidónio Pais, toma o poder com base numa coligação negativa não explícita: fazer Portugal sair da guerra.

² António Costa Pinto, «Twentieth-Century Portugal: An Introduction» in *Contemporary Portugal. Politics, Society and Culture*, ed. António Costa Pinto (Nova Iorque: SSM-CUP, 2003), 1-46.

Embora usasse o seu passado militar para alcançar um efeito carismático, o líder do golpe de Estado de Dezembro de 1917 era um discreto elemento da elite conservadora. Professor na Universidade de Coimbra e membro do Parlamento, tinha sido embaixador em Berlim e estava havia muitos anos fora da carreira militar mas, depois do golpe de Estado, não mais abandonou a farda, aliás desenhada propositadamente para ele. Apesar de ter chegado ao poder com o apoio decisivo dos partidos conservadores, Sidónio enveredaria por um regime ditatorial muito apoiado na sua própria figura.

Após algumas hesitações programáticas, Sidónio enviou para o exílio parte da elite republicana, rompeu com a Constituição de 1911 e tentou institucionalizar uma ditadura presidencialista plebiscitária. Depois de uma triunfante visita à província, onde foi proclamado «salvador de Portugal» por grandes multidões, maioritariamente mobilizadas pelo clero, Sidónio Pais introduziu o sufrágio universal, conseguiu ser eleito Presidente sem oposição e tomou o controlo de todo o executivo que os partidos republicanos conservadores tinham deixado. Criou então um partido único, o Partido Nacional Republicano (PNR). Nenhum partido republicano contestou as eleições. Para além do PNR, apenas os monárquicos e os católicos estavam representados no Parlamento. Os primeiros apoiaram o regime e foram reinstalados em inúmeras instituições, como a militar; os últimos apoiaram Sidónio até ao fim, devido à sua intenção de revogar a legislação anticlerical mais radical e de restabelecer relações com o Vaticano.

Outra originalidade do novo sistema político foi a experiência da representação corporativa, embora o Senado Corporativo, tal como a Casa dos Deputados, cedo tenha sido desprezado por Sidónio, que mandou ambas as Casas de férias e governou sozinho, cada vez mais confiante na sua legitimidade carismática.

Perante as crises generalizadas de abastecimentos provocadas pela guerra, o discurso político de Sidónio foi antiplutocrático, enfatizando a luta contra as oligarquias partidárias e o nacionalismo messiânico. Sidónio mostrou-se capaz de unir conjuntamente monárquicos e republicanos conservadores. Também se rodeou de um grupo de jovens oficiais da Academia Militar, que o acompanhava nas manifestações, ao mesmo tempo que a imprensa do PNR o começava a descrever como «uma daquelas figuras que o destino singularizou para avançar em momentos decisivos da história de um povo, para o salvar e redimir».³ Um culto da personalidade começou então a ser esboçado, mas duraria pouco tempo, pois Sidónio seria assassinado um ano depois da sua chegada ao poder, em Dezembro de 1918. Após o seu assassinato por um antigo sindicalista rural, uma revolta monárquica estalou no Norte. Os repu-

³ Cit. por Stewart Lloyd-Jones, «Sidónio Pais and the New Republic», *CPHRC Working Paper*, series 2, n.º 3 (Novembro de 2003), 15.

blicanos mobilizaram as cidades e várias unidades militares declararam-se neutras, assim permitindo a vitória dos democráticos e o regresso ao regime constitucional.

Os anos 1920 foram férteis em candidatos a ditadores, tanto civis como militares, mas o mundo republicano conservador e segmentos da elite militar dominaram a reacção antidemocrática, ocupando o espaço aos pequenos e dispersos grupos fascistas. Os neo-sidonistas e os pequenos grupos fascistas foram os principais arautos dos «Salvadores» e do culto da personalidade de Sidónio no início dos anos 1920. O sidonismo tornou-se ponto de referência para os fascistas portugueses do pós-guerra, na sua maioria intelectuais e estudantes, os quais avançaram para a criação de partidos que, crescentemente, citavam o partido de Mussolini como seu modelo: *Nacionalismo Lusitano e Acção Nacionalista*, entre outros.⁴ Mas o espaço político para os pequenos partidos fascistas era escasso na década de 1920.

A perspectiva de intervenção militar e os apelos constantes à sua intervenção por parte da elite conservadora fizeram dos militares os actores centrais da queda da democracia e fecharam o espaço a qualquer «triângulo carismático». As pequenas organizações de direita radical, mesmo as mais intervenientes, foram-se abrigando atrás dos militares, e mesmo alguns republicanos conservadores apelavam ao golpe de Estado. Em Maio de 1926, após várias tentativas falhadas, os militares tomavam o poder, num golpe que expressava sobretudo uma coligação negativa, implantando aquilo a que um observador chamou «Ditadura sem um ditador».

A transição para o autoritarismo e o desafio fascista

A tomada de poder por Salazar acontece num contexto elitista de uma crise financeira. De facto, quando chega ao governo como ministro das Finanças da Ditadura Militar, em 1928, Salazar negocia plenos poderes sobre a despesa pública, transformando-se no ministro mais importante da Ditadura. É a partir daqui que inicia a escalada para o poder. É a condição de professor de Finanças da Universidade de Coimbra e de dirigente do pequeno partido do Centro Católico (CCP) é fundamental para explicar a sua chegada ao poder.⁵

Salazar não assumira qualquer papel no golpe de Estado de 1926, nem fora tido como candidato a «salvador» nos últimos anos do regime parlamentar.

É o filho de uma modesta família rural do Vimieiro, uma aldeia do Centro de Portugal. Teve uma educação católica tradicional e completou a maior parte da sua educação intelectual e política antes da I Guerra Mundial. Frequentou um seminário, mas abandonou o percurso eclesiástico nas vésperas da queda da Monarquia para ir estudar Direito na Universidade de Coimbra.

Estudante reservado e brilhante, dirige a mais conhecida organização de estudantes católicos de Coimbra, o Centro Académico de Democracia Cristã. A sua amizade com o futuro cardeal patriarca de Lisboa, D. Manuel Cerejeira, data dessa época. Realiza carreira universitária como professor de Direito Económico e a sua única actividade política durante a República liberal desenvolve-se nos limites bem definidos do movimento católico social. Sendo um dos dirigentes do CCP, é eleito deputado no início da década de 1920. Apanhado por uma dissolução do Parlamento, não voltará a ser deputado, remetendo-se à vida universitária e à discreta militância católica. Mas não perde uma oportunidade para afirmar o seu «capital» de especialista em finanças, o que provocará o convite para ministro das Finanças logo após o golpe militar de 1926. Verificando que a conjuntura política é muito instável, Salazar recusa. Dois anos mais tarde, no quadro de uma crise orçamental da Ditadura Militar, o convite será renovado e Salazar aceita, depois de negociar poderes muito alargados relativamente aos outros ministros.

Entre 1928 e 1932, ano em que chega a primeiro-ministro, Salazar vai ganhando domínio sobre a Ditadura Militar, apoiado na Igreja e em certos sectores das Forças Armadas. Nem a crise financeira nem as políticas que impõe propiciam a emergência de uma «liderança heróica».⁶ A existência de um Presidente da República militar, já legitimado por sufrágio, também não propicia uma rápida «carismatização». A criação de um partido único, em 1930, que seria um instrumento importante para a legitimação do novo regime, também não ajuda. Ainda que legitimasse a dissolução e a «unificação forçada» dos partidos conservadores que apoiavam a Ditadura, este nunca seria um partido de mobilização de massas.

O partido único do regime, que tinha sido criado pelo Ministério do Interior, era fraco e desde o seu início controlado por uma administração sobre a qual o domínio de Salazar era completo. Beneficiando de uma nova Constituição – produto do compromisso entre corporativismo e liberalismo aprovado em plebiscito popular em 1933 – Salazar criou o partido único, a União Nacional (UN), a partir de cima, assegurando-se de que ele permanecia fraco e elitista desde a sua fundação em 1930.⁷ A UN não foi dado qualquer

⁴ António Costa Pinto, *The Blue Shirts. Portuguese Fascists and the New State* (Nova Iorque: SSM-CUP); Trad. portuguesa (1994), *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal. 1914-1945* (Lisboa: Ed. Estampa, 2000), 32-44.

⁵ Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo* (Lisboa: Presença, 1980); Manuel Lucena, «Salazar» in *Dicionário de História de Portugal – Suplemento*, eds. António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. 9 (Porto: Figueirinhas, 2000), 283-368.

⁶ Jack Hayward, «Bonapartist and Gaullist Leadership: Comparing Crisis Appeals to an Impersonated People», in *Dictatorship and History and Theory. Bonapartism, Caesarism, and Totalitarianism*, eds. Pedter Baehr e Melvin Richter (Cambridge: Cambridge University Press, 2004), 221-239.

⁷ Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo* (Lisboa: Presença, 1988).

papel de relevo, quer sobre o Governo quer sobre a administração, sendo a sua posição unicamente de controlo político: servia de instrumento para seleccionar elementos para a Câmara dos Deputados e para a administração local e assegurava alguma legitimidade às «eleições não-competitivas» que regularmente se realizavam.⁸

Mas o discurso anticarismático e de aparente recusa da «popularidade fácil»⁹ foi rapidamente substituído pela criação de um aparelho de propaganda que, em conjunto com a repressão, eliminou um concorrente fascista no período de transição entre a Ditadura Militar e o Estado Novo, o Nacional-Sindicalismo de Rolão Preto. Em 1933 Salazar já era apresentado pela imprensa oficial como um chefe «que comanda como um César, vivendo como um Catão».¹⁰ Um «César» primeiro-ministro de uma Ditadura que tinha um Presidente da República militar, o general Carmona, cujo apagamento político foi lento e complexo.

«Caos» e «Ordem»: o desafio fascista de Preto

Paradoxalmente, foi a Ditadura Militar que propiciou a organização de um movimento fascista em Portugal e lhe permitiu aproximar-se do poder. Como noutros processos de transição para o autoritarismo na década de 1930, um dos desafios da institucionalização do Estado Novo a partir de cima veio de baixo e da sua direita. Em 1932, uma conhecida figura da direita radical portuguesa conseguiu unificar uma parte deste campo político a partir de um centro claramente fascista. Rolão Preto será o chefe carismático do Nacional-Sindicalismo português, desafiando Salazar no início da década de 1930.¹¹

O fascismo surgiu em Portugal nos finais da década de 1920, tentando fazer o seu caminho na ala direita do espectro político. Apoiado por numerosos «tenentes» influentes nos quartéis e na administração local, também herdou as pequenas milícias organizadas à pressa por «barões» militares, começando a mobilizar alguns sectores da classe trabalhadora no contexto de uma Ditadura instável, já dominada pelo católico «ditador das Finanças». Como movimento organizado, o Nacional-Sindicalismo foi um unificador tardio que almejava constituir uma alternativa à ordem autoritária de Salazar.

⁸ Philippe C. Schmitter, *Portugal: do Autoritarismo à Democracia* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999), 71-102.

⁹ «Se me seduzisse essa fácil popularidade, tão sedutora e mesmo tão necessária para os homens da Política, que ambicionam a vã glória de mandar [...]» – repetia Salazar pouco depois da sua chegada ao Ministério das Finanças (*Diário de Notícias*, 27 de Janeiro de 1929).

¹⁰ *Diário da Manhã*, 6 de Janeiro de 1933.

¹¹ António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis...*

Rolão Preto era bem diferente de Salazar, não só pela sua personalidade, mas também pela origem social e pelo percurso político. Preto foi o mais jovem dos fundadores do Integralismo Lusitano. Nascido na Beira Baixa em 1896, tinha só 17 anos quando se tornou secretário de redacção do primeiro órgão integralista, uma das muitas publicações fundadas por estudantes portugueses emigrados em França e na Bélgica sob influência directa da *Action Française*.

Embora proviessem de gerações completamente diferentes, Preto reconheceria sempre dois nomes como tendo-o inspirado: Sorel e Valois. O primeiro foi o seu grande mestre. Como reafirmou muitos anos depois, «foi ele que fez talvez tudo».¹² Nos anos 1920 era Valois, o dissidente pró-fascista da *Action Française*, quem continuava a ser a principal referência. Tendo regressado a Portugal nas vésperas do golpe de Estado de Sidónio Pais, Preto rapidamente consolidou a sua responsabilidade pela área «social» do Integralismo Lusitano (IL). O longo exílio e a aventura da guerra tinham permitido ao mais jovem dirigente do IL forjar laços com o pré-fascismo intelectual francês e, caso raro senão único entre os fundadores do IL, com o neonacionalismo italiano de Corradini e da *Idea Nazionale*.

A actividade política de Preto nos anos 1920 foi dominada pela tentativa de «nacionalizar» a classe trabalhadora portuguesa através do «Sindicalismo Orgânico», tentando reconciliar o «Sindicalismo com a Monarquia». Nos anos 1930 substituiu o monarca por um dirigente fascista carismático.

Preto e outros fascistas coexistiram pacificamente na família integralista devido à fraqueza do IL enquanto organização política e ao abandono da restauração da Monarquia como objectivo primário, após a morte prematura do seu chefe e principal ideólogo, António Sardinha. Com o vitorioso golpe militar de 1926, Preto ascendeu a novas alturas políticas. Em Junho desse ano, durante o breve domínio do general Gomes da Costa, tentou criar uma milícia que apoiasse o novo regime, em associação com oficiais juniores. Foi neste período que Preto se aproximou mais do poder, à sombra do velho general. A derrota que se seguiu, com derrube de Gomes da Costa pelo general Carmona, levou a ala mais radical da família integralista a apostar na criação de um partido fascista, tendo por objectivo controlar a Ditadura Militar.

Os primeiros passos em direcção à organização do Nacional-Sindicalismo (NS) foram dados no Verão de 1932 e, em finais desse ano, o NS estava totalmente constituído, embora o partido o negasse por razões táticas. Os estatutos foram publicados em Junho de 1932 e assinados por Rolão Preto.¹³ O modelo organizacional do NS assemelhava-se ao adoptado por outros partidos

¹² Cit. Por João Medina, *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo. A História de Um Conflito, 1932-1935* (Lisboa: Bertrand, 1977).

¹³ Francisco Rolão Preto, *Orgânica do Movimento Nacional-Sindicalista* (Lisboa: Nacional-Sindicalismo, 1933).

fascistas europeus, que Preto estudou muito atentamente, incluindo a experiência inicial do fascismo italiano, o *Faisceau* de Valois e o espanhol *JONS*.¹⁴

Os estatutos do NS davam ao seu chefe um controlo total.¹⁵ Era ele quem controlava a organização do movimento e a nomeação e a demissão dos seus delegados. Era a ele que cabia a última palavra em qualquer questão relativa ao NS, competindo-lhe ainda manter a «doutrina do movimento» e assegurar-se de que «os outros a mantinham». O chefe era assim o fiel depositário da ideologia do movimento. Isto reflectia-se na simbologia nacional-sindicalista. De acordo com os estatutos, apenas Preto poderia usar a Cruz de Cristo, sobre fundo branco, no seu braço direito, para se distinguir dos restantes dirigentes.¹⁶

Preto foi o chefe carismático do NS desde a sua fundação. Mas, apesar do controlo que exercia sobre a organização, e tal como aconteceu noutros partidos da mesma família, a sua supremacia não foi isenta de tensões. No caso português, no entanto, as tensões inerentes à sua chefia personalizada foram mais exógenas do que endógenas – Salazar, recentemente nomeado para chefiar o Governo, era o promotor do partido oficial.

Embora respeitassem a chefia de Preto, os estatutos iniciais criavam outros órgãos detentores de poder decisório. No início de 1933, no entanto, quando o movimento foi reorganizado à escala nacional, Preto apresentou novos estatutos que eliminavam a partilha de poderes. Isto provocou imediatamente tensões dentro de um pequeno sector da organização, que procurou chegar a um entendimento com Salazar. Estando em minoria o grupo aceitou, a título provisório, os estatutos de Preto, até ao primeiro Congresso NS.

O culto da personalidade de Preto cresceu em 1933, à medida que o movimento avançava para as ruas e o seu chefe entrava numa campanha de propaganda à escala nacional. Os jornais do movimento começaram a chamar a Rolão Preto «o Chefe» e a correspondência interna do partido revela que ele era bastante reverenciado. A sua supremacia confirmou-se durante a cisão e manifestou-se em muitas cartas de militantes locais expressando-lhe lealdade, nas quais abundam declarações de «obediência».¹⁷ Após a cisão modificaram-se os rituais de nomeação, adoptando-se explicitamente o poder por delegação.

¹⁴ Robert Soucy, *Le Fascisme Français, 1924-1933* (Paris: PUF, 1989); Stanley G. Payne, *Fascism in Spain* (Madison: The University of Wisconsin Press, 1999).

¹⁵ Francisco Rolão Preto, *Orgânica...*

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ Nos finais de 1933, durante a cisão pró-salazarista, Preto recebeu uma onda de cartas elogiosas, as mais interessantes das quais provenientes de pequenas delegações NS no Norte do País. Entre as recebidas nessa época, uma, da delegação de Moncorvo, anunciava: «para vós Chefe Único o voto moral da Trincheira do Félgar. [...] Quando houver de empregar-se o sacrificio maior, o brado soará de vontade. Avante! Que ninguém nos embarace.» Carta de um militante não identificado a Rolão Preto, 30 de Dezembro de 1933, ARP.

Assim, em 1934, os autos de nomeação para comissários distritais e locais passaram a abrir com a expressão «em nome do chefe do Nacional-Sindicalismo, Dr. Rolão Preto, nomeio o camarada...».¹⁸ O mesmo princípio se aplica aos formulários de adesão, cujo «compromisso de honra» consistia num juramento de fidelidade para com o partido e para com Preto.¹⁹ Os ex-militantes referem-se sempre às suas qualidades de orador e «mobilizador de massas»: apoiam a mais óbvia reivindicação de Preto ao carisma do chefe fascista. Essas eram também, exactamente, as qualidades onde Salazar reconhecia os sinais do «caos em potência».²⁰

O NS constituiu-se em torno de uma figura carismática que reuniu grupos preexistentes dominados pelo integralismo. A formação deste partido fascista exemplifica o modelo de *penetração* da organização partidária. Ou seja, o partido criou-se em torno de uma personalidade e do núcleo de «empreendedores políticos» a ela ligados, e os grupos locais formaram-se, ou reorganizaram-se, para assegurar lealdade a esta chefia.²¹ Inicialmente, a estrutura do partido era fluida e dispersa. Vários laços paralelos de solidariedade, herdados de experiências e conspirações políticas anteriores, mantiveram-se fortes, afectando as actividades internas do partido. A autoridade de Preto foi desafiada em diversas ocasiões, embora disfarçadamente, enquanto, até ao primeiro Congresso NS, as críticas relativas à falta de definição das tensões internas aumentavam. Apesar deste desafio, o chefe manteve-se o ponto focal da organização.

As manifestações do NS introduziram em Portugal a coreografia fascista. Os desfiles paramilitares, as canções de combate e a ritualização carismática de Rolão Preto constituíram as marcas da sua acção política. A presença do movimento nas ruas iniciou-se em Setembro de 1932 e culminou nos comícios de Lisboa e do Porto em 1933. Em resposta a este crescendo de actividade, a oposição antifascista generalizou-se e os confrontos tornaram-se comuns a partir de meados de 1933.

Os primeiros comícios tinham um carácter local, contando com o apoio de simpatizantes pertencentes à Administração, muitos deles militares. A presença destes nos comícios foi importante na construção da chefia de Rolão Preto. O exemplo de um comício NS na pequena vila de Alenquer, em 1932, retrata fielmente a sua coreografia. A delegação local anunciou um comício para o «proletariado de Alenquer» com a presença de Preto. O tom dos folhetos era o do NS, proclamando a «união de todos os portugueses» contra os «elemen-

¹⁸ ANTT, Arquivo da PIDE/DGS Processo 1771/SPS.

¹⁹ O segundo princípio referia: «Eu aceito [...] o que o chefe...» e o terceiro «Reconheço Rolão Preto como o único chefe do movimento». Cf. ANTT, Arquivo da PIDE/DGS, processo 1771/SPS.

²⁰ Cf. entrevista com Barradas de Oliveira, 17 de Julho de 1984.

²¹ K. Eliassen e L. Svaasand, «The Formation of Mass Political Organisations: An Analytical Framework», *Scandinavian Political Studies*, n.º 10 (1975): 90-120.

tos vendidos ao estrangeiro [que] apregoam a luta de classes geradora de confusão de que se querem aproveitar, para conseguirem os inconfessados fins». ²² As palavras de ordem eram anticomunistas, «pela justiça social», «pela família, pelo município, pelo sindicato». Preto chegou a Alenquer, onde o esperava uma delegação local fardada, acompanhado de jovens dirigentes; foram em cortejo até à Câmara Municipal, esperados pela administração local. Após um «Porto de Honra» com as autoridades desenrolou-se o comício.

Este modelo foi repetido em várias cidades e vilas e a designação de «Chefe» tomou-se corrente. A figura fardada de Rolão Preto aparecia em todos os panfletos do NS, nos quais rotineiramente era descrito como «uma personalidade forte» que «quase se confunde, de certo modo, com o movimento Nacional-Sindicalista». ²³ Os discursos de Preto seguiam todos o mesmo modelo simples. O Nacional-Sindicalismo era a vanguarda da «revolução nacional», representando os jovens apoiantes da Ditadura. Também criticava os «conservadores» e os «infiltrados». Mencionava sempre a «questão social», repetindo sistematicamente a fórmula: «desproletarizar as massas operárias e evitar a proletarização das classes médias». ²⁴

A partir de 1933 Rolão Preto viu-se confrontado com ataques contra o NS provenientes de diversos sectores da Ditadura, nomeadamente republicanos e católicos, e a correspondência interna da organização revela que ele contava com um eventual afastamento de Salazar do poder, sob pressão dos militares. Numa série de artigos, Preto acusa Salazar de ser um homem do «centro», quando «os chefes das nações que se estão libertando das ruínas europeias vestem por toda a parte, como signo da sua fé nas virtudes militares, uma *farda* ou uma *camisa de combate*». ²⁵ O «frio empirismo» de Salazar reflectia inteiramente a imagem do Ditador das finanças» e, para Preto, «só as fórmulas totalitárias conseguem apaixonar os povos». ²⁶

Salazar manteve uma distância prudente do NS e não perdeu qualquer oportunidade de se demarcar dele, tanto em termos de doutrina como de política, distanciando-se do totalitarismo que «tende para um cesarismo pagão, para um Estado Novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral». ²⁷ Rolão Preto, em resumo. A 28 de Maio de 1933, enquanto os fascistas marchavam em Braga em comemoração do golpe de Estado de 1926,

²² Comunicado do Núcleo Nacional-Sindicalista de Alenquer, 5 de Novembro de 1932.

²³ Cf. António Tinoco, *Revolução dos Trabalhadores*, n.º 4 (25 de Fevereiro de 1933): 1.

²⁴ *Idem*, 1.

²⁵ Francisco Rolão Preto, «El Movimiento Nacional-Sindicalista Português», *Acción Española*, n.ºs 34, 45, 46, 47, 49, 50 (Madrid, Outubro de 1933-Abril de 1934).

²⁶ *Idem*.

²⁷ António Ferro, *Salazar. O Homem e a Obra* (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933), 148.

Salazar denunciava os «sempre febris, excitados e descontentes [...] continuarão gritando, diante do impossível: mais! mais!». ²⁸ Em Setembro desse ano o Governo apoiou uma cisão do Nacional-Sindicalismo ao oferecer o reconhecimento oficial a troco do afastamento de Preto e dos seus seguidores da direcção do movimento, mas os promotores da cisão saíram vencidos do Congresso.

Ainda dependente do Presidente da República e com o relacionamento com vários dirigentes militares não isento de tensões, Salazar preferiu evitar o confronto directo. Só no ano seguinte é que se sentiu confiante para ordenar a ilegalização do NS, forçando Preto e o seu secretário-geral ao exílio em Espanha. Dois anos depois, em Setembro de 1935, o NS, aliado a outros sectores da oposição, procurou derrubar Salazar. A sua derrota marcou o fim do fascismo organizado em Portugal. Muitos ex-NS reconverteram-se ao regime, especialmente quando a Guerra Civil Espanhola introduziu nele uma certa dose de coreografia fascista, mas em Portugal o processo de «integração» dos fascistas no Estado Novo de Salazar foi fraco e ressentiu-se da cautela burocrática da sua elite.

O carisma «construído» de Salazar: o processo de tomada de decisões e o papel das instituições

Salazar foi, acima tudo, um mestre na manipulação de uma legitimidade racional-legal pervertida, de tal maneira que pouca necessidade tinha de recorrer a uma liderança carismática que se erguesse acima da mediação burocrática e governamental entre ele próprio e a «nação». Mais ainda, as origens militares do regime asseguravam que a sua posição se ligava à do Presidente da República, o general Carmona, que tinha sido formalmente legitimado em eleições directas e que mantinha o poder de o demitir.

O modo como Salazar extensivamente centralizou o processo de tomada de decisões justifica amplamente o uso da expressão «ditador forte», usada em qualquer caracterização do poder por ele exercido. Frio e distante dos seus ministros e apoiantes e tendo cultivado um reduzido círculo de «conselheiros políticos», Salazar cunhou o seu próprio estilo na direcção do Governo e na política. A principal característica do seu estilo era uma preocupação quase obsessiva pela minúcia em todas as áreas de governação. Enquanto outros ditadores concentraram áreas de importância central nas suas pessoas – geralmente as relações estrangeiras, a segurança interna e as Forças Armadas – Salazar adicionalmente tomou o controlo de pastas mais «técnicas», pelo menos durante o período em questão.

²⁸ Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, vol. 1 (Coimbra: Coimbra Editora, 1935), 125.

Alguns destes traços afirmaram-se desde o início, quando Salazar tomou o controlo do Ministério das Finanças durante a Ditadura Militar, particularmente no que diz respeito aos assuntos relacionados com o orçamento e as finanças do Estado. Uma vez chegado a Presidente do Conselho de Ministros (primeiro-ministro), o seu olhar atento estendeu-se a praticamente qualquer decreto-lei, indo muito além daqueles necessários para controlar e do que era a prática comum noutros sistemas políticos ditatoriais. Apesar de se rodear de ministros competentes, Salazar recusou-se a dar-lhes, para além do mínimo obrigatório, espaço para a tomada de decisões autónomas. Por outro lado, a quantidade de informação a que tinha acesso era impressionante, estendendo-se muito abaixo da apropriada para o escalão ministerial.

A história das relações entre Salazar e os seus ministros durante os anos 1930 é marcada pela concentração do poder de tomar decisões na pessoa do ditador e pela redução da independência, quer dos ministros, quer do Presidente da República. Um dos primeiros sintomas deste processo foi a rápida eliminação do carácter colegial do Conselho de Ministros, bem como a redução drástica do número de encontros deste órgão, particularmente a partir de 1933.

A principal característica da concentração de poderes na sua pessoa reflectiu-se na acumulação formal por Salazar das mais importantes pastas ministeriais ou, pelo menos, na acumulação das pastas que o próprio Salazar considerava serem mais importantes. Salazar foi ministro das Finanças entre 1928 e 1940, cargo que acumulou com o Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1936 até 1947, e ainda, de modo a assegurar o controlo sobre os militares, com o Ministério da Guerra, que encabeçou entre 1936 e 1944.²⁹

Outra característica da relação de Salazar com os seus ministros foi a tendência para enfatizar a natureza «técnica» das suas funções. Às áreas verdadeiramente políticas do regime não era, em geral, dado estatuto ministerial, sendo tais assuntos tratados directamente por Salazar. Era este o caso, por exemplo, do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) de António Ferro, inteiramente dependente do Presidente do Conselho. Outro órgão do mesmo género era a Sub-Secretaria de Estado das Corporações e Previdência Social (SECPS), que não foi elevada ao estatuto de ministério senão em 1945. A posição oficial de Salazar era que, apesar de a «política, como arte humana, [ser] necessária enquanto exista a humanidade; o governo [...] será crescentemente uma função científica e técnica».³⁰

Como regime político que era, no entanto, importa salientar que o «local» do poder e da tomada de decisões políticas se situava sempre no ditador e no Governo, assim como era através destes que passava a grande maioria das de-

cisões. Em vários regimes ditatoriais, tanto os governos como as suas administrações ficaram em certa medida sujeitos à interferência de um partido único que se tornara numa organização influente. Isto não aconteceu em Portugal, onde, em vez disso, coube à Administração Pública centralmente controlada ser o principal instrumento do poder político ditatorial.³¹ Quando o Estado Novo criou organizações como o movimento da juventude, a Mocidade Portuguesa (MP), ou a milícia anticomunista, a Legião Portuguesa (LP), estas ficaram sob controlo do Ministério da Educação e do Ministério do Interior, respectivamente, dos quais se mantiveram dependentes durante todo o regime.³²

O Secretariado da Propaganda Nacional, que se destacou como a grande instituição «nacionalizadora» dos anos 30 do século XX, talvez tenha levado a cabo o esforço mais concertado, por parte de um organismo governamental, de «reinvenção da tradição» e de construção de um culto do ditador. A agência dirigida por António Ferro, um jornalista cosmopolita admirador do fascismo italiano, organizou grandes comemorações para as massas e definiu uma estética própria, também marcada por uma estatúria de celebração de heróis do passado, fundamentalmente encontrados no período medieval e na época da Expansão.³³

A partir de 1936, sob influência da Guerra Civil de Espanha, o regime radicalizou-se e algumas organizações inspiradas no fascismo, como a MP e a LP, esboçaram um culto fascista do chefe. No entanto, os centros foram sempre múltiplos e, apesar da homogeneização forçada pela censura, emitiram, mesmo nos anos 1930, sinais paralelos. O conservadorismo mais tradicional continuou a dominar o fundamental da imprensa escrita, preferindo esta o modelo de chefia ditatorial paternalista do «Presidente do Conselho» ao «chefe» da Legião Portuguesa, a «Pátria do folclore e das barragens» à «Pátria paramilitar», a «Pátria da União Nacional» à «Pátria dos sindicatos nacionais». Acresce que a Igreja, quer pela sua influência nas instituições oficiais, quer pelo poderoso núcleo de instituições autónomas, se transformou num poderoso instrumento complementar de socialização ideológica. Nacionalismo e «providência» completavam o discurso oficial, ao mesmo tempo que lhe introduziam diversidade.

A «Lição de Salazar» dos manuais escolares esboçava um «Homem Novo» do salazarismo dos anos 1930, vivendo na sua maioria no campo, respeitador,

³¹ António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis...*

³² Simon Kuin, «Mocidade Portuguesa nos anos trinta: a instauração de uma organização paramilitar de juventude», *Análise Social*, n.º 122 (1993): 555-588; Luís Nuno Rodrigues, *A Legião Portuguesa. A Milícia do Estado Novo, 1936-1944* (Lisboa: Estampa, 1996).

³³ Ernesto Castro Leal, *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social. 1918-32* (Lisboa: Cosmos, 1994); Jorge Ramos do Ó, *Os Anos de Ferro: o Dispositivo Cultural Durante a «Política do Espírito», 1933-1949, Ideologia, Instituições, Agentes e Práticas* (Lisboa: Estampa, 1999).

²⁹ Telmo Faria, *Debaixo de Fogo. Salazar e as Forças Armadas, 1933-41* (Lisboa: Cosmos, 2001).

³⁰ Cit. por Franco Nogueira, *Salazar*, vol. III (Coimbra: Atlântida, 1978), 290.

obediente e temente a Deus; trabalhador e feliz com o seu lugar social na «produção nacional»; orgulhoso da sua Pátria antiga, representada por um castelo medieval; cuidando da sua mulher e dos seus filhos. Outras componentes se poderiam acrescentar, como aquele modelo mais mobilizador que foi apontado à juventude ou à milícia, mas o que é importante salientar é que o retrato acima descrito ficou, talvez propositadamente, mais turvo, mas também bastante mais inclusivo.

Muito embora sofrendo inflexões fascizantes, na MP, na LP ou em alguns dos estereótipos do SPN, marcados por um «culto do chefe» mais pagão, eventualmente mais «guerreiro» e divinizador comunitarista da «nação», o campo conservador e católico dominou sistematicamente, e com poucos sobressaltos, a «nacionalização» da sociedade portuguesa e a construção da imagem paternalista e «salvadora» do ditador.

O partido único português, a União Nacional, tendo-se mantido organizacionalmente fraco e dependente, nunca foi um elemento importante, seja no processo de tomada de decisões políticas, seja na selecção da elite ministerial, seja na criação de um «exército de seguidores» autónomo do Estado.³⁴ A principal função do partido era a de seleccionar as elites locais e parlamentares, mantendo-se por essa razão pequeno e esvaziado de organizações mobilizadoras. Em suma, não só não existia qualquer tensão entre a União Nacional de Salazar e o Estado, como nem o sistema ditatorial nem os processos de tomada e de implementação de decisões políticas foram alguma vez ameaçados pela existência de instituições políticas autónomas directamente subordinadas ao ditador.

Conclusão

Em Portugal, tanto a crise e o derrube da democracia como a sua transição para o autoritarismo foram férteis em conjunturas carismáticas. A breve ditadura de Sidónio Pais, enquadrada pela catástrofe provocada pela guerra, foi disso um exemplo precoce. Contudo, mesmo no contexto de forte personalização da política que caracterizou a I República Portuguesa, o apelo aos militares fechou o espaço aos pequenos grupos fascistas que só tardiamente, já durante a Ditadura Militar, puderam afirmar-se com algum peso. Por outro lado, não devemos subestimar a ocupação do «espaço de crise» por certas instituições, como a Igreja, as Forças Armadas ou o mito da restauração monárquica dos «realistas», ainda muito mobilizador em certos segmentos das elites.

O golpe de Estado que a 28 de Maio de 1926 levou os militares ao poder em Portugal consagrou várias tentativas falhadas de liderança política de militares, até à chegada de Salazar ao Governo. A sua «tomada do poder» fez-se nos corredores das elites, sem grande participação popular. A Igreja, o pequeno partido católico e alguns militares foram bem mais importantes. A emergência breve do desafio representado pelos nacionais-sindicalistas foi também um motor da «fascização» da Ditadura.

Salazar constituiu um exemplo claro da construção *post factum* de um culto da personalidade e de «carismatização» por um aparelho de propaganda aos quais o modelo fascista serviu parcialmente de inspiração, curiosamente em reacção e também como tentativa de integração dos rivais fascistas portugueses. O ditador português não pode ser considerado um chefe carismático no estrito sentido weberiano do termo. A confusão existente entre a personalização do poder ou a emergência de um culto da liderança, desenvolvidas através do aparato da propaganda e inerentes à maioria das ditaduras do século XX, e o carisma, é grande, caracterizando algumas análises do salazarismo. Mas o ditador português afasta-se quer do modelo *poliocratic* do nacional-socialismo alemão, quer do «culto do *Duce*», baseados em fortes aparelhos de socialização política. Salazar nunca ultrapassa os clássicos mecanismos institucionais de decisão de um Estado autoritário.

Sem ter um partido único de vocação totalizante que dispusesse do monopólio da ideologia, dos meios de propaganda e das organizações de massas, o Estado Novo também não conheceu um grau de codificação do «culto do chefe» comparável ao da Itália de Mussolini ou do nacional-socialismo alemão. Mesmo o vizinho Franco, chefe de uma «cruzada» militar vencedora no quadro de uma guerra civil, esteve mais próximo do triângulo carismático. No entanto, a «carismatização» de Salazar ilustra a capacidade de atracção e a difusão do modelo de afirmação carismática, baseado nos cultos do «chefe» e nas organizações carismáticas, dos chefes fascistas junto das ditaduras de direita do período entre as duas guerras.

³⁴ António Costa Pinto, «Salazar's Ministerial Elite, 1933-1944», *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 3.2 (2004): 103-113.